



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA**



fnma
**FUNDO NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE**

Edital FNMA nº 05/2005

Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis

Outubro de 2005

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministra: Marina Silva

Secretário Executivo: Claudio Langone

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro: Fernando Haddad

Secretário Executivo: Jairo Jorge

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Ricardo Henriques

Coordenadora Geral de Educação Ambiental: Rachel Trajber

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Ministro: Miguel Soldatelli Rosseto

Secretário Executivo: Guilherme Cassel

Secretaria de Desenvolvimento Territorial: Humberto Oliveira

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro: Ciro Gomes

Secretário Executivo Substituto: Pedro Brito do Nascimento

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

Presidente: Luiz Carlos Everton de Farias



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Edital FNMA nº 05/2005

Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis

**Brasília
Outubro de 2005**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/SECEX/MMA****Diretor:** Elias de Paula de Araújo**Gerente de Projeto:** Ana Beatriz de Oliveira**Diretoria de Educação Ambiental – DEA/SECEX/MMA****Diretor:** Marcos Sorrentino**Gerente de Projeto:** Maurício Marcon Rebelo Silva**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA/SECAD/MEC****Coordenadora Geral:** Rachel Trajber**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO****Secretaria de Desenvolvimento Territorial****Secretário:** Humberto Oliveira**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF****Presidente:** Luiz Carlos Everton de Farias**FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - FNMA**

Endereço: CRS 514 Bloco B Loja 69

CEP: 70.380-526

Telefones: (61) 4009 9090 / 4009 9100

Fax: (61) 4009 9140

Correio eletrônico: fnma@mma.gov.brPágina eletrônica: www.mma.gov.br/fnma**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco “B”, sala 553

CEP: 70.068-900

Telefones: (61) 4009-1207

Fax: (61) 4009-1757

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. Parceria Interministerial..... | 06 |
| 2. Instituições e órgãos responsáveis pelo edital..... | 06 |
| 3. Objetivos..... | 10 |
| 4. Justificativa..... | 10 |
| 5. Abrangência Desejada | 13 |
| 6. Chamadas..... | 13 |
| 6.1 Prazos e valores do Edital..... | 14 |
| 6.2 Prazos de execução de cada fase do projeto..... | 14 |
| 7. Condições obrigatórias para enquadramento de Projetos..... | 15 |
| 8. Resultados e produtos esperados – Chamada I e II..... | 17 |
| 9. Despesas Financiáveis e não financiáveis..... | 22 |
| 9.2 Contrapartida | 23 |
| 10. Habilitação da instituição proponente..... | 25 |
| 11. Encaminhamento de projetos..... | 26 |
| 12. Análise e julgamento das propostas..... | 27 |
| 13. Itens de avaliação..... | 28 |
| 14. Publicação dos resultados..... | 30 |
| 15. Interposição de recursos..... | 30 |
| 16. Documentação | 30 |
| 17. Disposições Gerais | 32 |
| Glossário | 35 |
| Anexos I – Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais | |
| Anexo II – Municípios Habilitados a concorrer à Chamada II deste Edital | |
| Anexo III – Fluxograma do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais | |

O Fundo Nacional do Meio Ambiente/FNMA torna público que realizará a seleção de projetos orientados para a Estruturação e Fortalecimento de Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis.

1. Parceria Interministerial

Este Edital é resultado de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria Executiva (Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, Diretoria de Educação Ambiental - DEA, e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco), o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade (Coordenação Geral de Educação Ambiental), o Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

2. Instituições e Órgãos parceiros ao Edital

2.1 Ministério do Meio Ambiente

2.1.1 Secretaria Executiva – SECEX/MMA

A Secretaria Executiva - SECEX do Ministério do Meio Ambiente tem por competência assistir à Ministra de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações de competência do Ministério, coordenando as atividades desenvolvidas pelas demais Secretarias integrantes da estrutura e supervisionando as Entidades Vinculadas. Também cabe à SECEX, entre outros, a supervisão e coordenação das atividades do Fundo Nacional do Meio Ambiente, dos processos de captação dos recursos de fontes internacionais e estrangeiras, dos programas com financiamentos de organismos internacionais e estrangeiros, da implementação dos acordos internacionais e a execução dos convênios e dos projetos de cooperação técnica nacional e internacional.

2.1.2. Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/SECEX/MMA

O Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e vinculado à SECEX, tem por missão contribuir, como agente financiador e por meio da participação social, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente,

assumindo, neste Edital, as responsabilidades de seleção e contratação de projetos, de acordo com orientações e apoio técnico das instituições participantes.

O FNMA tem em seu Conselho Deliberativo, composto por representantes dos Governos Federal e Estadual e de Organizações Não Governamentais que atuam na área do meio ambiente, sua instância de decisão quanto às solicitações para repasse de recursos. Sua estrutura é composta por um corpo técnico especializado, responsável pelo acompanhamento dos projetos apoiados.

2.1.3. Diretoria de Educação Ambiental- DEA/MMA

A Diretoria de Educação Ambiental foi instituída no Ministério do Meio Ambiente - MMA em 1999 para desenvolver ações a partir das diretrizes definidas pela lei nº 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. A regulamentação da Lei 9.795/99, define que a coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um Órgão Gestor dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

De acordo com a portaria 268 de 26/06/2003, a Diretoria de Educação Ambiental representa o MMA junto ao Órgão Gestor. A missão da Diretoria é estimular a ampliação e o aprofundamento da Educação Ambiental em todos os municípios e setores do país, contribuindo para a construção de territórios sustentáveis e pessoas atuantes e felizes. Nesse contexto, planeja, executa e avalia políticas públicas orientadas ao enraizamento da Educação Ambiental para mudanças culturais em todo o país e à potencialização de atores locais como educadores ambientais e cidadãos aptos a participar da gestão do meio ambiente.

2.1.4. Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco criado em 2004 e incorporado ao Plano Plurianual – PPA 2004-2007 – será executado durante 20 anos. O programa tem como instâncias de gestão fóruns e coletivos federais e estaduais. No âmbito federal são: o Comitê Gestor do Programa e o Grupo de Trabalho da Revitalização do São Francisco, coordenados pela Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. Em cada estado, o programa possui um Núcleo de Articulação do programa e como fóruns intermunicipais, as Comissões Locais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental – COLMEIAS.

2.2. Ministério da Educação

2.2.1. Coordenação Geral de Educação Ambiental

A Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) está estruturada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação – MEC, no Programa Nacional de Educação para a Diversidade, a Sustentabilidade e a Cidadania. Em meio a um amplo processo democrático e participativo de debates e discussões sobre a sustentabilidade socioambiental, a CGEA contribui para o exercício da cidadania ativa e a formação de educadores ambientais. A proposta da CGEA é promover em todas as instâncias - federal, estadual e local - a mesma qualidade de formação, com o amplo tema "consumo sustentável", baseada na simplicidade metodológica, na reflexão crítica, no respeito à diversidade dos grupos envolvidos e considerando a complexidade da questão ambiental.

2.3. Ministério do Desenvolvimento Agrário

2.3.1. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial tem a missão de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável de territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas. Para isso construiu e implementa desde 2004, o *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*, cuja execução fundamenta-se em um referencial metodológico que atende, pedagógica e tecnicamente, às premissas do desenvolvimento territorial. O elemento estruturador fundamental do referido Programa é o reconhecimento do *território* como projeção e expressão da *identidade* de uma população – com características sócio-culturais, ambientais, político-institucionais e econômicas peculiares, de tal forma que todo o processo de desenvolvimento interaja com estes elementos.

2.4. Ministério da Integração Nacional

2.4.1 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

A CODEVASF é uma empresa pública, sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Focou sua atuação no desenvolvimento agropecuário por meio do aproveitamento racional dos recursos de água e solo e da implantação de distritos agropecuários e industriais. A Empresa tem atuado na

promoção do desenvolvimento regional integrado, com ações na área de energia, transporte, saneamento, abastecimento público, comunicações, habitação e cooperativismo, a ampliado sua ação para outras alternativas de geração de emprego e renda, como piscicultura, ovinocaprino cultura, apicultura e mais recentemente florestas.

3. Obietivo

Selecionar projetos que tenham por finalidade promover a formação e o fortalecimento de Coletivos Educadores, compostos por instituições do campo socioambiental e por aquelas que desenvolvem processos formativos em Educação Ambiental, Educação Popular e Mobilização Social. Estes Coletivos Educadores devem ter como missão o planejamento, a implementação e a avaliação de processos formativos integrados e continuados, buscando o envolvimento de todos segmentos sociais junto a sua base territorial.

4. Justificativa

A Educação Ambiental no Brasil é regulada pela Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela Lei nº 9795, de abril de 1999, que definiu os seus princípios básicos, dentre os quais destacam-se o enfoque democrático e participativo, a concepção de ambiente em sua totalidade e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

Com base na PNEA foi elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, que tem por missão contribuir com a construção de Sociedades Sustentáveis. Este Programa orienta as ações da sociedade e do governo para a geração e o estímulo a uma dinâmica integrada dos processos nacionais de Educação Ambiental.

Pautada nos princípios contidos na PNEA e no ProNEA, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) elaborou o Programa Nacional de Formação de Educadores(as) Ambientais (Anexo I), que tem por objetivo qualificar as políticas públicas federais de Educação Ambiental de modo que exijam menos intervenções diretas e mais apoio supletivo às reflexões e às ações regionais, no sentido de desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadores(as) ambientais a partir de diferentes contextos. O início desse processo se dá pela constituição de Coletivos Educadores, objeto desse edital.

Entende-se por Coletivo Educador um conjunto de representantes de instituições que atuam em processos formativos e que se aproximam no sentido de possibilitar uma formação

permanente, participativa, continuada e voltada à totalidade de habitantes de um determinado território. Um Coletivo Educador deve constituir-se como um grupo que compartilha observações, visões e interpretações de sua realidade, da mesma forma que planeja, implementa e avalia processos de formação de educadores ambientais em consonância com os princípios do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais de Educadores Ambientais da DEA/MMA.

A constituição do Coletivo Educador surge como uma estratégia para a implementação de políticas públicas federais, estaduais e municipais de Educação Ambiental, uma vez que é uma instância representativa de interlocução e de referência para as ações educadoras locais. Neste sentido, por meio dos Coletivos Educadores, os diversos Ministérios e instituições com atuação junto aos temas da Educação Ambiental, diversidade, qualidade de vida, autonomia, emancipação e participação social poderão articular suas políticas de formação de gestores públicos, conselheiros, técnicos, educadores, professores e lideranças em geral, assim como qualificar seus foros de participação social e suas intervenções educacionais voltadas à criação e ou aprimoramento de estruturas e espaços que tenham potencialidade de atuação como educadoras na direção da sustentabilidade. Além disso, os Coletivos Educadores devem participar da elaboração, da implementação e do controle social de Políticas Públicas no âmbito dos territórios onde atuam.

O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e instrumentalizar a população de sua área de abrangência para o desenvolvimento de ações em Educação Ambiental, visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem.

Os Coletivos Educadores favorecem a continuidade das propostas de formação, a otimização de recursos locais, regionais e federais, a ampliação das cargas horárias de formação e a articulação de programas e projetos de desenvolvimento territorial sustentável, pois o desenvolvimento de processos amplos, continuados e que perpassem por todo o tecido social depende de uma conjunção de recursos e competências que dificilmente se encontram numa única instituição.

O público diretamente envolvido no processo educativo, a ser implementado pelo Coletivo Educador, deve ser composto por grupos empenhados em interpretar o contexto e enfrentar a problemática socioambiental do território com vistas à busca de um futuro desejado. Deve envolver, por exemplo, lideranças comunitárias, professores, agentes de

saúde, técnicos municipais, participantes de sindicatos e federações de trabalhadores, movimentos sociais, ONGs, etc.

Os Coletivos Educadores devem promover processos sincrônicos de formação de educadores, educomunicação, educação por meio de foros e coletivos e educação por meio de estruturas educadoras. Tais processos podem contemplar distintas modalidades e estratégias de ensino-aprendizagem sob perspectiva do envolvimento de toda a população da região, por meio da constituição e articulação de diversos grupos de educadores ambientais (acadêmicos e populares) que atuem nos mais diferentes contextos. Estes grupos, articulados com os Poderes Públicos Municipais e outras diferentes instituições (empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais, movimentos sindicais, pastorais, etc) avaliarão, planejarão e desenvolverão projetos e práticas voltadas à constituição de cada município do território como um Município Educador Sustentável – MES¹ e o território, como um todo, como um Território Educador Sustentável.

Áreas geográficas contínuas, definidas enquanto Territórios, Bacias, Pólos, Áreas de Proteção Ambiental, têm sido objeto de políticas e programas que visam um planejamento e gestão participativa regional com vistas à qualidade ambiental e sustentabilidade. A maior parte destas propostas inclui, invariavelmente, componentes de educação ou capacitação de lideranças, agentes de desenvolvimento, conselheiros ou educadores que dêem consistência e capilaridade aos processos implicados na busca pela sustentabilidade. Estas iniciativas, quando não articuladas, podem padecer de sobreposições e competições no que se refere a recursos regionais, instituições parceiras, recursos logísticos e financeiros uma vez que pela convergência política das propostas elas tendem a encontrar os mesmo sujeitos.

Os recortes territoriais para a atuação do governo federal raramente são integralmente coincidentes, entretanto um programa amplo de formação regional pode abranger um recorte territorial que atenda às diferentes delimitações e perspectivas de território.

Nesse sentido, o lançamento do Edital “**Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis**” surge como uma estratégia de mobilização, fortalecimento e articulação das competências interinstitucionais regionais para promoção da Educação Ambiental e da Sustentabilidade **das Políticas Públicas com foco no território.**

5. Abrangência Desejada

Os projetos para a Chamada I podem ser implementados em qualquer parte do território brasileiro podendo agregar geograficamente as bacias e sub-bacias hidrográficas,

¹Este programa está disponível no site: www.mma.gov.br/educambiental

municípios e outros espaços sub-regionais de desenvolvimento, totalizando uma população no **mínimo** de 600 (seiscentos) mil habitantes ou no **mínimo** 8 (oito) municípios, e no caso da Amazônia legal, o número de habitantes e de municípios reduz-se ao **mínimo** de 300 (trezentos) mil habitantes ou 4 (quatro) municípios. Para a Chamada II (Bacia do Rio São Francisco) o recorte territorial deverá pautar-se nas sub-bacias, devendo abranger no **mínimo** 600 (seiscentos) mil habitantes ou 8 (oito) municípios ou 2 (duas) sub-bacias.

6. Chamadas

Este Edital contém duas chamadas para apresentação de propostas.

Chamada I – propostas visando a constituição de Coletivos Educadores que desenvolvam um Programa Articulado de Formação de Educadores Ambientais, Educomunicação Socioambiental e Educação em Foros e Coletivos e Estruturas Educadoras para um Território, de modo a constituí-lo como Educador e Sustentável.

Chamada II – essa chamada contemplará propostas com a mesma finalidade e *exclusivamente* direcionada aos municípios que se encontram na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Anexo II).

Todos os projetos que tiverem atuação na Bacia Hidrográfica do São Francisco (Anexo II), serão enquadrados apenas na Chamada II.

6.1. Prazos e valores do Edital

O valor previsto para este edital é de R\$ 2.900.000,00, a serem descentralizados a partir das chamadas e prazos apresentados a seguir:

| | |
|---|--------------------|
| Data Limite para Envio de Projetos | 04/11/2005* |
| Data Provável de Divulgação das Instituições Habilitadas | 11/11/2005 |
| Data Provável da Publicação do Resultado no Diário Oficial da União | 02/12/2005 |

*** Atenção: os projetos que chegarem via Serviço Postal depois do dia 09/11/2005 não serão considerados.**

| Chamadas | Prazo de Execução | Recursos do FNMA* | | Recursos Globais** |
|-------------------|-------------------|-------------------|---------|-------------------------|
| | | Mínimo | Máximo | |
| Chamada I | Até 24 meses | 80.000 | 200.000 | R\$ 2.000.000,00 |
| Chamada II | Até 24 meses | 80.000 | 200.000 | R\$ 900.000,00 |

* Valor a ser repassado pelo FNMA, excluída a contrapartida.

** A critério do Conselho Deliberativo do FNMA e havendo disponibilidade orçamentária, os recursos previstos para este edital poderão ser ampliados.

6.2. Prazos de execução de cada fase do projeto

Dos recursos solicitados ao FNMA deverão ser alocados no mínimo 60% para a execução da fase II.

Observação: Os recursos para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes devem estar previstos para o primeiro mês da execução do projeto.

| Fases | Prazo de Execução |
|---|-------------------|
| Fase I - Articulação, Planejamento e Seleção de Educadores | 1º ao 4º mês |
| Fase II - Desenvolvimento dos quatro processos educadores (1. formação de educadores ambientais, 2. educomunicação socioambiental, 3. educação por meio de estruturas educadoras e 4. educação em foros e coletivos) | 5º ao 22º mês |
| Fase III - Avaliação Participativa do Programa | 23º e 24º mês |

OBS: Grupos de instituições que já tiverem seu processo de articulação e planejamento encaminhados e assim considerarem a fase I em andamento ou concluída, podem ampliar o prazo de execução da fase II. Desta forma a coerência orçamentária implica em uma menor necessidade de recursos para a execução da fase I.

7. Condições Obrigatórias para Enquadramento de Projetos

7.1 Princípios Gerais a Serem Observados

a) **Participação e inclusão social:** garantir, em todas as fases do projeto, a participação democrática dos sujeitos e instituições envolvidos; o Coletivo Educador deve se constituir

enquanto um grupo aberto à entrada de novos grupos ou instituições que se interessem por contribuir com a Educação Ambiental no território;

b) **Cooperação interinstitucional:** viabilizar amplo intercâmbio (técnico, operacional e administrativo) entre as instituições parceiras na elaboração e condução das ações, assim como na aplicação dos recursos financeiros disponíveis, por meio do próprio Coletivo Educador;

c) **Diálogo de saberes:** as atividades de formação de educadores deverão incorporar as diferentes formas de saber, em toda a sua diversidade, de forma dialógica, considerando as experiências e os conhecimentos de todos os envolvidos (educadores, técnicos, gestores, comunidades e instituições locais e regionais). Esta condição está referenciada enquanto eixo metodológico denominado “*cardápio de aprendizagem*”;

d) **Produção de Conhecimento:** os projetos deverão prever a produção e divulgação de conhecimentos, experiências, metodologias, técnicas que sirvam como referência em projetos similares;

e) **Sustentabilidade:** prever estratégias, mecanismos e articulações que resultem na sustentabilidade política, institucional e socioambiental dos projetos;

f) **Enraizamento:** aprofundamento da Educação Ambiental em todo o território, por meio de suas instituições, que visem o envolvimento gradual, direto ou indireto, da população;

g) **Formação permanente e continuada:** construção de um conjunto de ações educativas que façam da Educação Ambiental um processo de aprendizagem para toda a vida;

h) **Autonomia:** valorização das trajetórias de vida, conhecimentos e interesses por meio da diversidade e amplitude das ações educativas de modo a possibilitar a construção pelos educandos de seus próprios processos de formação;

i) **Constituição de Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem:** organização dos educandos em grupos que solidarizam-se em seus processos de formação promovendo reflexão, interpretação crítica e ação individual e coletiva sobre a realidade partilhada;

j) **Práxis pedagógica:** construção do conhecimento na dialética entre teoria e prática enquanto um eixo da formação de educadores.

7.2 Aspectos obrigatórios a serem contemplados

Do projeto

Para concorrer aos recursos previstos neste edital o projeto deve:

- ser apresentado por um conjunto de instituições (proponente e parceiras) que envolva, de forma significativa, entidades do poder público e da sociedade civil organizada, atuantes em sua área de abrangência.
- estar em consonância com o ProNEA e com o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais da DEA/MMA (Anexo I);
- apresentar mapeamento socioambiental (Anexo I) da área de abrangência do projeto com breve justificativa do recorte definido;
- Prever estratégias de sustentabilidade do Coletivo Educador;
- Prever recursos orçamentários para a participação de duas pessoas, integrantes da equipe técnica de execução do projeto, em três (03) eventos de intercâmbios a serem realizados em Brasília, pelo FNMA, em datas a serem confirmadas. Os eventos terão duração de três dias cada e devem ser previstos recursos para passagens e diárias para dois participantes/evento.

Da instituição proponente ou parceiras

O conjunto de instituições envolvidas no projeto (proponente e parceiras) deve:

- apresentar carta de adesão ou outro instrumento jurídico que comprove as parcerias instituídas;
- comprovar disponibilidade de infra-estrutura física, para a gestão do projeto;
- apresentar equipe técnica multidisciplinar, preferencialmente multi-institucional, com experiência profissional em Educação Ambiental, Educação Popular, Formação de Educadores e/ou Processos Participativos;
- apresentar a área de atuação das instituições e o histórico com a formação de educadores, professores e/ou agentes sociais, contendo o número de pessoas formadas, anos de atuação e modalidade de ensino (ex. oficina, curso, mestrado).
- ter participação em outros Fóruns setoriais com atuação na área de abrangência do projeto, tais como fóruns de territórios de desenvolvimento rural sustentável, comitês de bacias, comitês de conservação de solo e água, conselhos municipais de saúde, fóruns de desenvolvimento local, fóruns de Agenda 21, conselhos municipais de meio ambiente, consórcios intermunicipais, conselhos de segurança alimentar - CONSAD.

8. Resultados e Produtos Esperados – Chamada I e II

Para a maior compreensão dos resultados e produtos esperados recomenda-se consulta ao roteiro metodológico de elaboração do projeto, integrante do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (Anexo I). Ao final do texto do edital pode ser consultado também um Glossário dos termos utilizados.

O processo deverá ser constituído por três FASES:

FASE I - Articulação, mobilização e planejamento do Coletivo Educador;

FASE II – Desenvolvimento de 4 (quatro) Processos Educadores: 1) Formação de Educadores Ambientais, 2) Educomunicação Socioambiental, 3) Educação por meio de Estruturas Educadoras e 4) Educação em Foros e Coletivos;

FASE III – Avaliação Participativa e Planejamento da continuidade e da ampliação do processo de formação.

As fases I, II e III orientadas para o projeto serão tema exclusivamente de avaliação técnica do MMA, cabendo observar que será cobrado o cumprimento parcial do objeto, a cada etapa de apresentação da prestação de contas (conforme IN 01/97), segundo o plano de trabalho apresentado e pactuado no instrumento de convênio. O não cumprimento das ETAPAS APRESENTADAS NO PLANO DE TRABALHO, bem como a não apresentação da prestação de contas, demandará encaminhamento do convênio ao SIAFI (conforme IN 01/97).

8.1. FASE I: Articulação, mobilização e planejamento do Coletivo Educador

Esta fase deverá ter duração máxima de quatro (4) meses e deverá promover os seguintes resultados e produtos.

RESULTADOS

- Constituição do Coletivo Educador.
- Internalização da proposta nas instituições integrantes do Coletivo Educador e articulação progressiva com outras instituições que atuem no âmbito do território e dos micro-territórios.

- Criação das bases jurídicas necessárias para firmar as parcerias instituídas e a certificação dos educandos.
- Projeto-Político-Pedagógico de Educação Ambiental produzido para o território definido.
- Plano amplo de comunicação social implementado, visando informar a população do território sobre o processo de formação e motivar lideranças e educadores.
- Seleção dos educandos que serão formados pelo processo de formação desenvolvido pelo Coletivo Educador.
- Ampliação de parcerias.

PRODUTOS

- Relatório do processo de articulação e formação do Coletivo Educador e da construção do Projeto-Político-Pedagógico.
- Projeto-Político-Pedagógico do Processo de Formação de Educadores Ambientais.

O Projeto Político Pedagógico deve conter, de acordo com seus marcos conceituais, situacionais e operacionais, no mínimo os seguintes conteúdos:

- agenda de trabalho;
- instituições integrantes do Coletivo Educador e envolvidas no projeto;
- metodologia que será utilizada no processo formativo;
- estratégias e mecanismos de implementação articulada da formação de educadores, da educação por meio de estruturas educadoras, da participação em foros e coletivos, da educomunicação socioambiental e das modalidades de educação (presencial, à distância e difusa);
- cardápio de aprendizagem;
- arquitetura de capilaridade que será utilizada para abranger a totalidade do território;
- sistema de funcionamento das intervenções educacionais que serão realizadas como forma de construção do conhecimento pautadas na interface teoria-prática (*Práxis pedagógica*);

- mapeamento dos recursos financeiros, institucionais, humanos e materiais existentes no território de abrangência do Coletivo Educador;
- mapeamento do potencial e da diversidade locais (experiências, programas, colegiados, redes, segmentação social, estruturas educadoras e meios de comunicação) existentes no território de abrangência do Coletivo Educador;
- estratégias e material de comunicação;
- cadastro das instituições que atuam com processos formadores na região.
- sistema de funcionamento do Coletivo Educador por micro-territórios;
- critérios para a seleção dos educandos;
- instrumentos e critérios de certificação dos educandos.
- Lista dos educandos selecionados com a correspondente representatividade relativa à diversidade do território e dos micro-territórios.
- Instrumento jurídico utilizado na formalização das parcerias estabelecidas entre as instituições integrantes do Coletivo Educador (ex. Termo de Adesão, Protocolo de Intenções, Acordo de Cooperação).

8.2. FASE II: Desenvolvimento de 4 (quatro) Processos Educadores: 1) Formação de Educadores Ambientais, 2) Educomunicação Socioambiental, 3) Educação por meio de Estruturas Educadoras e 4) Educação em Foros e Coletivos

Esta fase deverá ter a duração de no mínimo dezoito (18) meses, durante os quais serão desenvolvidas as diferentes modalidades, eixos metodológicos e processos educadores para a Formação de Educadores Ambientais.

RESULTADOS

- Constituição de grupos micro-territoriais de socialização, reflexão, discussão e articulação de educadores ambientais com o acompanhamento de pelo menos um membro do Coletivo Educador;
- Desenvolvimento, pelo Coletivo Educador, de um processo de Formação de Educadores Ambientais;
- Realização, pelos diferentes sujeitos do processo de formação, de um detalhamento por micro-território, do mapeamento socioambiental realizado na fase I;

- Fortalecimento e articulação de foros e coletivos, municipais e regionais, pertinentes às questões socioambientais, desenvolvimento de processos de formação por meio de espaços e estruturas educadoras e plano de educomunicação em processo de implementação;
- Desenvolvimento de processos de intervenção educacional pelos educandos (PAP3) na formação do PAP4, conforme descrito no Anexo I;
- Material de apoio pedagógico elaborado;
- Divulgação, socialização e troca de experiências entre o Coletivo Educador, grupos PAP3 e grupos PAP4 (Anexo I);
- Avaliação preliminar e readequação da proposta.

PRODUTOS:

- Mapeamento e Diagnóstico Socioambiental regional;
- Relatório contendo o processo desenvolvido para o fortalecimento de foros e coletivos, a utilização de espaços e estruturas educadoras e a implementação do Plano de Educomunicação;
- Material de apoio pedagógico;
- Relatório preliminar do processo de Formação com o perfil do PAP3 e PAP4, com uma revisão e avaliação das propostas de intervenções apresentadas pelos PAP3, do planejamento inicial e, se necessário, uma readequação justificada da proposta;
- Relatório do evento de divulgação, socialização e troca de experiências.

8.3. FASE III: Avaliação Participativa e Planejamento da continuidade e ampliação do Processo de Formação

Essa fase representa momento de avaliação do processo desenvolvido, além da sistematização das estratégias de sustentabilidade construídas ao longo do processo. A duração prevista é de dois (2) meses. O processo de avaliação deverá conter uma etapa em escala micro-territorial e outra que contemple todo o Coletivo Educador:

RESULTADOS:

- Realização de uma oficina para avaliação dos resultados do processo formador a partir dos diferentes olhares, das instituições do Coletivo Educador (PAP2), dos Formadores de Educadores Ambientais (PAP3), dos Educadores Ambientais Populares (PAP4) e de representantes dos diferentes setores e grupos sociais da região;
- Realização de seminários locais de avaliação do processo formativo nos micro-territórios;
- Planejamento de estratégias para a continuidade e sustentabilidade do processo de formação e de sua ampliação;
- Articulação entre Coletivos Educadores de diferentes regiões para formular diretrizes para Políticas Públicas de Formação de Educadores Ambientais.

PRODUTOS:

- Relatório final de avaliação e planejamento das ações futuras contendo a sistematização das discussões da oficina e seminários de avaliação.

9. Despesas Financiáveis e não Financiáveis

9.1. Despesas Financiáveis

Poderão ser realizadas, com recursos do FNMA, despesas identificadas nas categorias econômicas “Despesas Correntes e Despesas de Capital”, com as seguintes ressalvas:

- O dispêndio com Despesas de Capital está limitado a 10% do valor solicitado ao FNMA e poderá ser empregado somente para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes estritamente necessários à execução do projeto. Despesas de Capital devem estar previstas no primeiro mês da execução do projeto.
- Finda a execução do projeto, os equipamentos adquiridos por **instituição privada sem fins lucrativos** deverão ser **objeto de doação** para instituição interveniente, de esfera pública (municipal, estadual ou federal) a serem indicadas quando da apresentação do projeto.

- Despesas com **diárias** são passíveis de apoio desde que obedecem as disposições contidas no **Decreto nº 5.554**, de 04 de outubro de 2005.

9.2. Despesas não financiáveis

Não serão financiadas, com os recursos do FNMA, as despesas referentes à:

- salário do coordenador do projeto e do responsável financeiro (que também não poderão ser disponibilizados como contrapartida);
- taxa de administração, gerência e ou similar;
- elaboração do projeto apresentado ao FNMA;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional ao pessoal com vínculo empregatício com as instituições proponentes ou parceiras do projeto;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a integrantes da diretoria da instituição proponente;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores da administração pública ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, vigente na publicação do Edital;
- pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as decorrentes de pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- pagamento de dividendos ou recuperação de capital investido;
- compra de ações, debêntures ou outros valores mobiliários;
- despesas de manutenção das instituições proponentes ou executoras do projeto;
- financiamento de dívida;
- aquisição de bens móveis usados;
- aquisição de bens imóveis, construção ou reformas;
- despesas com publicidade que contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, servidores ou não, das instituições proponentes ou parceiras;
- utilização de recursos em finalidade diversas da estabelecida no instrumento, ainda que

em caráter emergencial.

9.3. Contrapartida

Entenda-se por Contrapartida – CP a materialização do esforço da instituição proponente e/ou parceira para a execução do projeto. O esforço pode ser em recursos financeiros (dinheiro), recebendo, assim, a determinação de CP-Financeira, ou em bens e serviços economicamente mensuráveis, denominada CP-Mensurada.

- CP-Financeira: é constituída por recursos financeiros que serão utilizados na execução do projeto, tais como: custeio de diárias, material de consumo, passagens e despesas de locomoção, outros serviços de terceiro pessoa física e/ou jurídica, equipamentos e materiais permanentes.
- CP-Mensurada: é constituída de bens e/ou serviços economicamente mensuráveis da instituição proponente e/ou parceiras, disponibilizados durante o período de execução do projeto, tais como: disponibilização de bens (equipamentos e material permanente) e serviços prestados por profissionais com vínculo institucional (equipe técnica disponibilizada para a execução do projeto) etc.
- A CP disponibilizada deverá ser calculada sobre o valor total de recurso do projeto e não somente dos recursos solicitados ao FNMA, compatível com a capacidade instalada ou de mobilização da instituição proponente, guardando proporcionalidade com o montante de recursos necessários para a execução do objeto a ser pactuado e com a natureza jurídica da instituição.
- A legislação que define os recursos de contrapartida é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei 11.178, de 20 de setembro de 2005), a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional Nº 01/97 e o Parecer da Secretaria Federal de Controle Nº 17, de 29/08/97, conforme discriminado no quadro a seguir:

**PERCENTUAL MÍNIMO E MÁXIMO E TIPO DE CONTRAPARTIDA
QUE A INSTITUIÇÃO PROPONENTE DEVE OFERECER**

| Instituição Proponente | | Tipo de CP | Percentual mínimo e máximo de CP |
|-------------------------------------|--|----------------------------|--|
| Municipais | De municípios com até 25 mil habitantes | Financeira | 3 a 8% |
| | Da Região Norte, Nordeste e Centro Oeste | Financeira | 5 a 10% |
| | Da Região Sul e Sudeste | Financeira | 20 a 40% |
| Estaduais | Da Região Norte, Nordeste e Centro Oeste | Financeira | 10 a 20% |
| | Da Região Sul e Sudeste | Financeira | 20 a 40% |
| Federais | | Não apresenta | - |
| Privadas sem fins lucrativos | | Financeira e/ou mensurável | Mesmo % do município sede da instituição |

Os limites mínimos de contrapartida fixados para os Municípios poderão ser reduzidos por ato do titular do órgão concedente (Ministério do Meio Ambiente), quando os recursos da União beneficiarem os Municípios incluídos nos bolsões de pobreza, identificados como áreas prioritárias, conforme previsão do Art. 44, parágrafo 2º, inciso II da Lei 10.934, de 11 de agosto de 2004.

10. Habilitação da instituição proponente

Poderão participar desta seleção pública de projetos, as seguintes instituições:

- pertencentes à administração municipal, estadual e federal, direta ou indireta;
- privadas brasileiras, sem fins lucrativos e que possuam:
 - ❖ registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA ou;
 - ❖ no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de existência legal* e atribuições estatutárias para atuação na área de meio ambiente.

* **Atenção:** Este prazo não será exigido das instituições que tenham sido declaradas de **utilidade pública** pelo Ministério da Justiça- MJ, ou seja, das OSCIPs. Neste caso, deverá ser apresentado o documento emitido pelo MJ, atestando tal condição.

Para **habilitação** da instituição proponente é necessária a apresentação de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Justiça, além dos seguintes documentos:

- instituições públicas:
 - ◆ documento comprobatório de suas atribuições legais e finalidade precípua, tal como decreto de criação, estatuto, regimento ou outro;

- ◆ termo de posse do atual responsável legal;
- ◆ cópia autenticada do CPF e da cédula de identidade do representante legal da instituição.
- ◆ comprovante de residência do representante legal.
- instituições privadas brasileiras, sem fins lucrativos:
 - ◆ ata de criação;
 - ◆ ata de eleição e posse da atual administração;
 - ◆ estatuto em vigor;
 - ◆ cópia autenticada do CPF e da cédula de identidade do representante legal da instituição;
 - ◆ comprovante de residência do representante legal.
 - ◆ certificado de deferimento do Ministério da Justiça (apenas para OSCIP).

A não apresentação da documentação listada nesse item poderá implicar na inabilitação da instituição.

11. Encaminhamento dos Projetos

- Os projetos deverão ser elaborados na última versão disponibilizada na página eletrônica: www.mma.gov.br/fnma do Programa de Elaboração de Projetos – “Façaprojeto”.
- Devem ser encaminhados por meio de expediente formal (Ofício dirigido ao Diretor do FNMA – Senhor Elias de Paula de Araújo) assinado pelo representante legal da instituição proponente.
- É obrigatória a apresentação do projeto completo em duas vias impressas, sendo uma original e uma cópia, encadernadas em espiral, além de uma via digital (disquete ou CD Room).
- Todas as páginas deverão estar numeradas, ordenadas seqüencialmente e **rubricadas** pelo coordenador. Na apresentação do projeto deve constar também a **assinatura** do representante legal e do coordenador.
- O projeto deverá ser enviado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente por Serviço Postal até o dia **04/11/2005**. Os projetos também poderão ser entregues pessoalmente no protocolo do FNMA até as 18 horas do dia **04/11/2005**. Atenção: os projetos enviados por Serviço Postal ou entregues pessoalmente no FNMA após esta data **não serão considerados**. Da mesma forma, os que forem entregues pelo Serviço Postal após o dia **09/11/2005**.

No envelope deve constar, claramente, a seguinte referência:

Destinatário: Fundo Nacional do Meio Ambiente

Endereço: CRS 514 Bloco B Loja 69 - Térreo

CEP: 70.380-526 - Brasília – DF

Telefone: 61 – 4009-9090

RESERVADO FNMA: Edital FNMA nº 05/2005

Estruturação e Fortalecimento de Coletivos Educadores
para Territórios Sustentáveis

Chamada:

Título do Projeto:

Instituição Proponente:

Remetente: (nome da instituição)

Endereço:

número:

complemento:

CEP: - Cidade - UF

Telefone: (xx)

Os documentos de habilitação (listados no item 10), o CNPJ e a documentação comprobatória do estabelecimento das parcerias devem ser encaminhados junto com o projeto, formando um único volume, encadernado e numerado.

Encerrado o prazo para recebimento de projetos, a Diretoria do FNMA verificará o atendimento das exigências quanto à habilitação das instituições proponentes, a partir dos documentos exigidos e do enquadramento dos projetos aos termos deste Edital. A relação de instituições habilitadas será publicada no Diário Oficial da União - DOU e divulgada na página eletrônica: www.mma.gov.br/fnma em 11/11/2005 (data provável).

12. Análise e Julgamento das Propostas

As instituições habilitadas terão seus projetos avaliados por uma Câmara Técnica Temporária, composta por especialistas convidados pelo FNMA, instituições e órgãos parceiros envolvidos com o presente Edital. O processo de análise técnica ocorrerá conforme os procedimentos e critérios descritos no presente Edital, dentre os quais destacam-se:

- a qualidade técnica do projeto;
- a clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados esperados;
- a factibilidade dos objetivos, metas e atividades no tempo fixado;
- os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da execução do projeto;
- a experiência institucional do proponente e das instituições parceiras;
- a capacidade técnica da equipe executora do projeto;
- a adequação do orçamento às atividades a serem desenvolvidas.

Os projetos serão classificados por pontos obtidos, conforme os critérios descritos nas tabelas a seguir, sendo, posteriormente, submetidos a julgamento pelo Conselho Deliberativo do FNMA.

13. Itens de Avaliação

| P1 – ESTRUTURA TÉCNICA DO PROJETO E ESTRATÉGIAS APRESENTADAS | | | |
|--|---------------|-------------|------------------|
| Item solicitado | Pontos | Peso | Pontuação |
| Justificativa do território abrangido pelo projeto | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Mapeamento apresentado | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Estratégias de continuidade e sustentabilidade do Coletivo Educador | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Estratégias de mobilização e ampliação do Coletivo Educador | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Estratégias de monitoramento e avaliação do processo | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Estratégias de utilização da metodologia de Pesquisa Ação Participante – PAP | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Estratégias de capilaridade do processo formativo que será utilizada para atingir toda população do território | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Estratégias de compromisso para elaboração de cardápio de aprendizagem como parte do processo formativo; | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Estratégias da realização de intervenções educacionais pelos participantes do processo formativo realizado pelo Coletivo Educador. | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Estratégias de comunicação do projeto e suas ações | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Pontuação máxima P1 | | | 72 |

| P2 – QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO CONJUNTO INSTITUCIONAL (PROPONENTE E PARCEIRAS) | | | |
|---|---------------|-------------|------------------|
| Item solicitado | Pontos | Peso | Pontuação |
| Quantidade de parcerias estabelecidas | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Multisetorialidade das parcerias estabelecidas | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Capilaridade da atuação no território abrangido pelo projeto | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Experiência com formação de educadores, professores e agentes sociais (nº de pessoas formadas, anos de atuação e diversidade de níveis e modalidades de ensino ex. Oficina, mestrado, cursos) | 0 a 3 | 3 | 9 |
| Envolvimento em foros e coletivos | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Multidisciplinaridade e compatibilidade do corpo técnico do projeto com as atividades previstas | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Compatibilidade da infra-estrutura física, administrativa e gerencial do conjunto de instituições às necessidades do projeto | 0 a 3 | 2 | 6 |
| Pontuação máxima P2 | | | 51 |

| P3 – ORÇAMENTO e CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO | | | |
|--|---------------|-------------|------------------|
| Item solicitado | Pontos | Peso | Pontuação |
| Consistência e adequação do orçamento proposto às atividades a serem desenvolvidas | 0 a 3 | 8 | 24 |
| Pontuação máxima P3 | | | 24 |

Discriminação da pontuação de 0 a 3:

0 – Informações inexistentes ou não adequadas ao item solicitado;

1 – Informações insuficientes para o entendimento do item solicitado;

2 – Informações suficientes para o entendimento do item solicitado, entretanto apresentadas de forma pouco clara, inadequada, ou ainda, atividades propostas não factíveis;

3 – Informações suficientes, claras para o entendimento do item proposto e propostas factíveis;

Pontuação Final – PF

A pontuação final será dada pelo somatório obtido em cada uma das tabelas anteriores:

$$\mathbf{PF = P1 + P2 + P3}$$

CrITÉRIOS de desempate: Os projetos que apresentarem maior pontuação no critério P1 serão selecionados. Caso ainda persista o empate, será utilizada a maior pontuação no critério P2 e, posteriormente, no P3.

Nota de Corte:

Serão considerados desqualificados do processo de seleção os projetos que obtiverem nota inferior a 50% nos critérios de avaliação, ou seja, nas Chamada I e II igual ou inferior a 73 pontos.

14. Publicação dos Resultados

O resultado das instituições e projetos selecionados será publicado no DOU, na data provável de **02/12/2005** e também divulgados na página eletrônica www.mma.gov.br/fnma.

15. Interposição de Recursos

Será admitida a interposição de recursos, previstos no Art. 109 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, aos atos da administração do FNMA praticados no curso deste processo seletivo, observando-se os prazos descritos na referida lei.

16. Documentação

Todas as proponentes ficam automaticamente convocadas a apresentar a documentação relacionada a seguir, necessária à celebração de convênio ou instrumento congênere, a ser postada, impreterivelmente, até o dia 22/11/2005:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões de Quitação de Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa Estaduais (ou equivalentes);
- Certidões de Quitação de Tributos e Contribuições Municipais e Dívida Ativa Municipal (ou equivalentes);
- Apresentação de comprovantes de inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, referentes aos três meses anteriores, ou Certidão Negativa de Débitos – CND;
- Certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Os projetos apresentados por instituições públicas (prefeituras municipais e Estados) deverão ainda apresentar os seguintes documentos:

- cópia da publicação do relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre;
- cópia da publicação do relatório resumido de execução orçamentária do último bimestre;
- comprovação de aplicação dos limites constitucionais (art. 25, §.1º, inciso IV, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e art. 212 da Constituição Federal) que poderá ser feita medi-

ante certidão ou declaração expedida por Tribunal ou Conselho de Contas sob cuja jurisdição esteja a instituição;

- comprovação do encaminhamento das contas à Secretaria do Tesouro Nacional ou entidade proposta (Caixa Econômica Federal).

Para celebração do Termo de Convênio ou instrumento congênere, o FNMA verificará a **adimplência** da instituição proponente junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados - CADIN e junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Após o período de 30 dias, a contar da data de publicação do resultado final do Edital no DOU, as instituições que não apresentarem a documentação exigida para celebração do convênio ou instrumento congênere poderão ter seus projetos restituídos.

O atendimento da documentação exigida não comprometerá solicitações adicionais da entidade responsável pelo repasse.

O não atendimento à convocação, ou a não aceitação do convênio ou outro instrumento congênere, caracterizará a desistência da instituição.

No caso de inadimplência junto ao CADIN ou SIAFI, que perdure por prazo superior a 30 dias, contados a partir da convocação para formalização do instrumento, o projeto será arquivado e a instituição proponente perderá o direito aos recursos destinados para sua execução. Nestes casos será convocada à instituição subsequente, que tenha obtido pontuação acima da nota de corte.

17. Disposições Gerais

Havendo sobreposição entre as áreas de abrangência de dois ou mais projetos, que provoque duplicidade de esforços, somente a proposta mais bem classificada, segundo os critérios definidos neste Edital, será passível de apoio.

As instituições parceiras que integrem a execução de projeto selecionado se reportarão unicamente à instituição proponente, não adquirindo direitos ou recebendo recursos diretamente do FNMA.

Será admitida a apresentação dos documentos em original, em cópia autenticada ou, ainda, na forma de publicação em imprensa oficial.

Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo de projetos encaminhados, esgotado o prazo fixado para recebimento de projetos.

É de responsabilidade das entidades participantes a verificação dos dados e possíveis dificuldades inerentes ao desenvolvimento do projeto, os quais não poderão ser avocados no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos convenientes que venham a ser estabelecidos.

No caso das instituições inabilitadas ou cujas solicitações de recurso sejam indeferidas, seus projetos e respectivos documentos estarão à disposição das mesmas, a partir de dez dias após a publicação no DOU para serem devolvidos/retirados mediante ofício de solicitação assinado pelo representante legal. Aqueles não reclamados até 60 (sessenta) dias após esta data serão inutilizados.

As disposições deste Edital, bem como o projeto da instituição proponente, farão parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

Os direitos sobre os produtos do projeto apoiado serão objeto de tratamento específico no Termo de Convênio ou instrumento congênere, conforme as disposições normativas do FNMA.

A critério da Diretoria do FNMA, e ouvido seu Conselho Deliberativo, os valores e percentuais consignados para este Edital poderão ser alterados em razão de eventuais mudanças ou determinações superiores na ordem econômica do País.

Este Edital poderá ser revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, podendo ser anulado por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado sem que isso implique em direito à indenização de qualquer natureza.

Os termos deste Edital somente poderão ser impugnados mediante pedido formal protocolado na Diretoria do FNMA, até **14/11/2005**. A partir desta data, qualquer questionamento não terá efeito impugnatório.

O Conselho Deliberativo do FNMA, no uso de suas competências estabelecidas pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial MMA n.º 170, de 03 de maio de 2001, quando instado por manifestação da Câmara Técnica Temporária, poderá determinar a realização de ajustes técnicos nos projetos aprovados, desde que não descaracterizem o objeto da seleção e sejam atendidos em data anterior e como condição à celebração do convênio ou instrumento congêneres.

A instância administrativa competente para homologar o resultado final desta seleção de projetos é o Conselho Deliberativo do FNMA, com base nas recomendações feitas pela Câmara Técnica Temporária e nas prioridades políticas governamentais, principalmente no que diz respeito à Política Nacional do Meio Ambiente. As decisões pertinentes à anulação ou revogação, assim como aquelas relativas à aplicação das penalidades previstas, serão publicadas no DOU.

O FNMA está à disposição por meio do endereço indicado a seguir:

Fundo Nacional do Meio Ambiente

CRS 514 Bloco B loja 69

CEP 70380-526 Brasília – DF

Telefones: (61) 4009-9090/4009-9100

Fax: (61) 4009-9140

Correio eletrônico: fnma@mma.gov.br

Endereço eletrônico: www.mma.gov.br/fnma

Glossário

Arquitetura de capilaridade: é a proposta de estruturação da capilarização ou ramificação da formação dos(as) educadores(as) ambientais com o intuito de garantir que a educação ambiental envolva toda a população do território. Essa capilarização/ramificação da formação dar-se-á pela constituição de 3 grupos que trabalham de forma integrada e articulada. O primeiro grupo é o próprio Coletivo Educador, composto por pessoas que participam a partir da adesão de suas instituições que são aquelas com experiência em formação, educação, capacitação; o segundo é composto por pessoas atuantes/militantes junto aos seus segmentos sociais no território e que assumirão a função de formar, junto a esses seus grupos de convívio/trabalho, educadores ambientais populares, que constituirão o terceiro grupo. O desenho da arquitetura da capilaridade deve fundamentar-se em um número de educadores ambientais populares que permita que cada bairro, comunidade rural, quarteirão, sindicato, escola, possa vir a ser animado, instigado, envolvido pela atuação de um educador ambiental popular.

Cardápio de Aprendizagem: é um conjunto de processos formativos na área da educação ambiental, promovidos, num primeiro momento, pelas instituições componentes do Coletivo Educador (ou mesmo por instituições parceiras e por especialistas de determinado saber popular), que podem ser escolhidos para compor o currículo de grupos de educandos, de acordo com as suas necessidades reais de enfrentamento das questões socioambientais. Exemplos de itens que podem compor o Cardápio de Aprendizagem são: oficinas, cursos, mini-cursos, vivências, visitas técnicas, etc, a respeito dos mais variados temas e assuntos com relevância para o território, incorporando os diferentes saberes, desde o acadêmico até o popular. Com o tempo o cardápio de aprendizagem vai incorporando competências e saberes populares.

Comunidades de Aprendizagem: são grupos de pessoas que se identificam e se apóiam em processos de formação individual e coletiva voltados para propósitos comuns e/ou convergentes. Cada pessoa contribui com o grupo vivenciando conjuntamente processos formativos, de forma participativa. Propomos que tanto o Coletivo Educador como os demais grupos participantes da formação de educadores(as) ambientais constituam-se como comunidades de aprendizagem.

Comunidades Interpretativas: são grupos de pessoas que se reúnem para partilhar suas visões e idéias, buscando construir a compreensão da realidade vivenciada no território ou micro-território, por meio da construção coletiva e participativa, superando a dificuldade das diferentes percepções. Nas comunidades interpretativas as pessoas apóiam-se na interpretação das interpretações, buscando desmontar as formas hegemônicas de entender e desejar o mundo em que vivemos. Propomos que tanto o Coletivo Educador como os demais grupos participantes da formação de educadores(as) ambientais constituam-se como comunidades interpretativas.

Dialética: é a ciência da lógica, é a busca da verdade pelo diálogo-movimento entre contraditórios. O conceito de dialética pertence ao debate filosófico desde os gregos e foi apropriado pela teoria marxista subsidiando a reflexão sobre os processos históricos de transformação, como o diálogo entre opostos. Entende-se a concepção da dialética como um processo de encontro entre tese e antítese que resulta numa síntese (nova tese e assim novo ponto para o processo dialético) ou a dialética como ação recíproca, por exemplo a ação recíproca entre o Estado e a Sociedade civil, a ação recíproca entre o Sujeito e seu grupo Social, a ação recíproca entre a Subjetividade e a Objetividade, a ação recíproca entre Cultura e Natureza.

Dialógicos: diz respeito aos processos que envolvem o diálogo entre pessoas, grupos, idéias, etc. O diálogo pauta a formação de educadores(as) ambientais proposta por este edital, como sendo a base para o trabalho de todos os grupos envolvidos na capilarização da educação ambiental.

Educandos: nos referimos às pessoas, provenientes de todos os segmentos sociais do território, que participam da formação de educadores(as) ambientais promovida pelo Coletivo Educador. No entanto, entendemos que todos os 3 grupos envolvidos na capilarização da formação, inclusive os participantes do Coletivo Educador, são educadores-aprendentes ou educandos-professores.

Educomunicação: refere-se à comunicação com intencionalidade educacional, que envolve a democratização do processo de produção e de gestão da informação em todos os veículos de comunicação. Essa democratização implica na autonomia do coletivo no processo comunicativo.

Estruturas Educadoras: são estruturas que foram concebidas com intenção educacional ou que, por serem exemplares na função que desempenham, são utilizadas com intenção educacional. No nosso país, fruto de amplas lutas sociais temos na escola a principal estrutura educadora, mas há outros exemplos de espaços que podem ser pensados com finalidade educadora associada a suas finalidades, como estações de tratamento de água e de esgoto, viveiros, hortas comunitárias, unidades de conservação, sistema de transporte coletivo, etc.

Intervenção Educacional: corresponde à prática dos(as) educadores(as) ambientais de todos os grupos envolvidos na capilarização da formação, desde o Coletivo Educador até as pessoas dos segmentos sociais (grupo 3). Entendemos que a intervenção deve ser planejada, executada e avaliada em conjunto com o público diretamente envolvido, considerando as questões relevantes do território ou micro-território, as expectativas e necessidades desse público. O processo de conhecer a realidade do território ou micro-território, articular com os segmentos sociais e planejar com eles a sua própria formação representa um processo de formação para todos os envolvidos. Além disso, a interpretação da realidade e as atividades de enfrentamento das questões sociambientais complementam a formação integral de todos os grupos.

Marcos conceituais, situacionais e operacionais: são os itens que compõem os projetos político-pedagógicos e podem ser organizados e decompostos de diferentes formas mas, em linhas gerais, referem-se à concepção política do projeto (quem é o sujeito do projeto educacional, quais os princípios que orientam o projeto), à situação atual (da sociedade, da educação e de outros aspectos da realidade que sejam pertinentes para a proposta pedagógica) e a uma agenda de trabalho **construída para diminuir** a distância entre a situação desejada e a real.

Micro-território: é qualquer sub-divisão do território; no caso deste edital, pode ser um conjunto menor de municípios ou mesmo um único município ou ainda uma região que corresponda a um número menor de habitantes do que a totalidade do território. Sugerimos que essa sub-divisão do território seja definida de modo a atender da melhor forma possível às suas especificidades para garantir a capilarização/ramificação da formação de educadores(as) ambientais.

PAP: é a sigla para Pesquisa Ação Participante, que é a metodologia central proposta para o planejamento, implementação e avaliação dos projetos que concorrerão ao edital. Refere-se ao procedimento de pesquisar, partilhar, construir visões, percepções, relações sobre questões relevantes do território em conjunto com os vários atores sociais do território, buscando soluções para tais questões.

Práxis Pedagógica: a filosofia da práxis pauta-se na unidade entre teoria e prática, uma não existe e não acontece sem a outra, não havendo portanto uma hierarquia ou uma antecedência de uma em relação à outra. Uma pedagogia pautada na práxis requer que o processo educacional aconteça em íntima relação com a ação social, com a intervenção sobre o mundo vivido. Esta intervenção, pensada a partir das concepções dos educandos em diálogo com os educadores, deve ser repensada e analisada continuamente, servindo de base para o processo dialético de construção do conhecimento.

Território: qualquer área territorial, por exemplo bacia hidrográfica, conjunto de municípios, etc; no caso deste edital, refere-se a oito municípios ou região que abrange 600.000 habitantes.